



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão
Coordenação-Geral de Articulação e Gestão da DIRBEN
Coordenação de Acordos e Convênios de Benefícios

DESPACHO

Coordenação de Acordos e Convênios de Benefícios, na data da assinatura eletrônica

Ref.: Processo nº 35014.377546/2025-48.

Int.: SENADO FEDERAL Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Comissões Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito.

Ass.: Informação - REQ 2037/CPMI-INSS.

1. Trata-se de Requerimento nº 2037/2025 - CPMI-INSS, para atendimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em linha com o art. 218, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 24 da Lei nº 9.784/1999 e art. 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Em atendimento à demanda encaminhada pela Presidência do INSS (22671846), esta Diretoria foi instada a se manifestar quanto aos itens 2 e 5.

2. Processos integrais contendo solicitação de entidades para firmar Acordo de Cooperação Técnica com o INSS cujo escopo envolveria a realização de descontos associativos que não foram assinados pela Autarquia, estando ainda em análise e/ou tendo sido indeferidos ou arquivados no período de 2015 a 2025.

5. Processos integrais de todas as fiscalizações realizadas pelo INSS entre 2015 e 2025 conduzidas no âmbito da vigência de Acordos de Cooperação Técnica com entidades cujo escopo do ACT envolvia a execução de descontos associativos, com a respectiva consolidação em planilha e indicando, para cada processo, a situação atual, entidade fiscalizada, conclusão e recomendações.

3. Reporta-se ao Despacho SEI 22680528 por meio do qual apresentou-se resposta parcial aos questionamentos, passando a complementá-la, na sequência:

2. Processos integrais contendo solicitação de entidades para firmar Acordo de Cooperação Técnica com o INSS cujo escopo envolveria a realização de descontos associativos que não foram assinados pela Autarquia, estando ainda em análise e/ou tendo sido indeferidos ou arquivados no período de 2015 a 2025.

Apresenta-se listagem complementar dos processos nos quais houve solicitação das entidades para celebração de ACT com o INSS, cujo objeto era o desconto de mensalidade associativa e que foram arquivados ou indeferidos, conforme indicado na tabela a seguir:

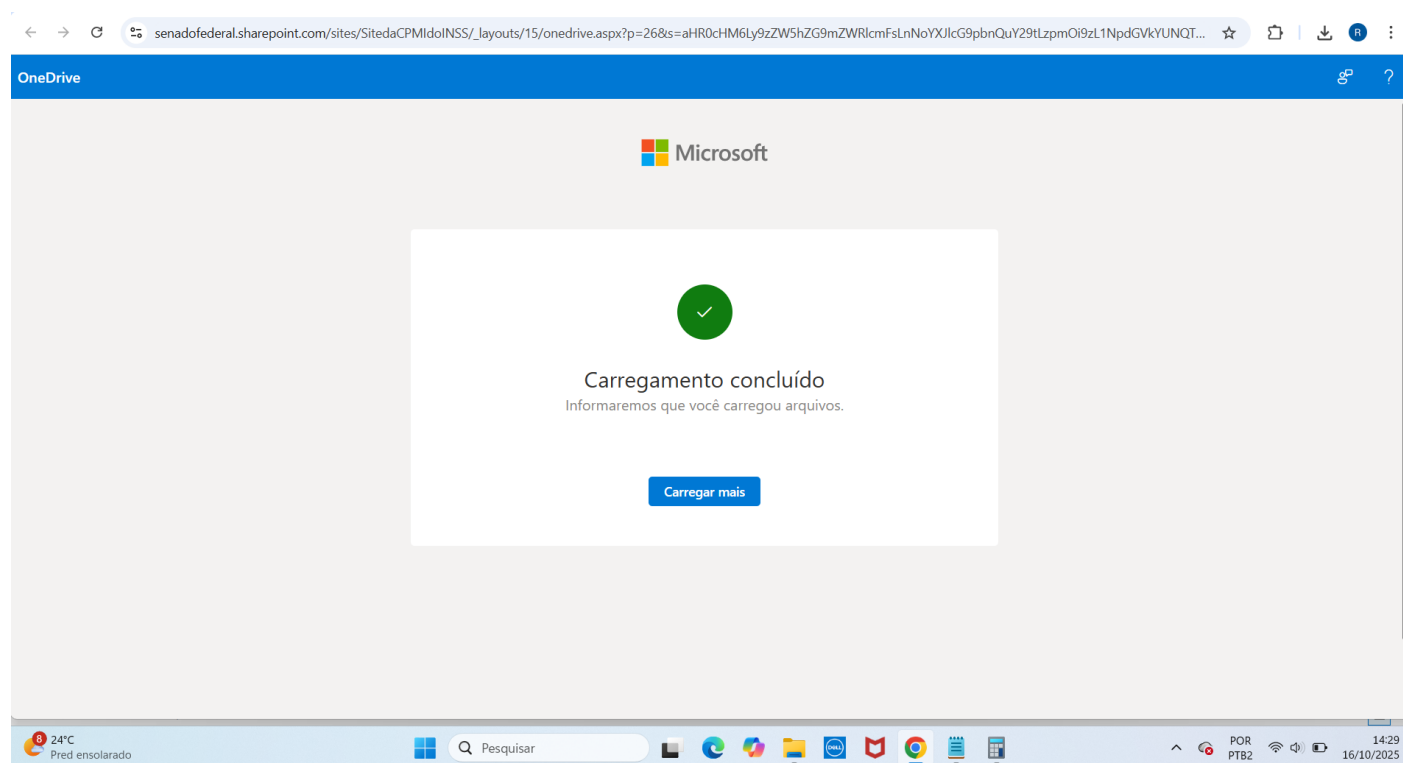
PROCESSO	ENTIDADE	DECISÃO	FUNDAMENTAÇÃO
35000.000354/2014-42	Sindicato Nacional dos Condutores da Marinha Mercante e Afins - SINCOMAM	Arquivado	Não cumprimento de exigência
35000.001450/2018-31	VITAPREV NACIONAL - Movimento Nacional de Associações de Aposentados e Pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT
35014.153668/2021-17	VITAPREV NACIONAL - Movimento Nacional de Associações de Aposentados e Pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT
35014.050361/2022-46	BRA-SEG SAF SERVICOS ASSISTENCIA FAMILIAR E FUNERAL LTDA (BRA-SEG ASSISTENCIAL)	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT
35014.488984/2022-98	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PENSIONISTAS E APOSENTADOS (ABPAP)	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT
35014.530313/2022-37	CENTRAL NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS (ASSOCIAÇÃO SANTO ANTÔNIO) - CENAP (ASA)	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT
35014.541344/2022-13	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - ASSESP	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT

PROCESSO	ENTIDADE	DECISÃO	FUNDAMENTAÇÃO
35014.009595/2023-99	Associação Brasileira de Assistência aos Aposentados e Pensionistas do INSS (ABRAAPI)	Arquivado	Não cumprimento de exigência
35014.042827/2023-11	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES E AQUICULTORES (CNPA)	Arquivado	Tratativas encerradas em razão da suspensão pelo Despacho Decisório 65
35014.054540/2023-33	ANASAP - Associação Nacional de Suporte Assistencial dos Aposentados e Pensionistas	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT
35014.108625/2023-49	FEDERAÇÃO NACIONAL DE APOIO AOS IDOSOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME GERAL E PRÓPRIO DAPREVIDENCIA SOCIAL. (POTYGUAR)	Arquivado	Decurso de prazo sem manifestação da interessada
35014.091589/2023-77	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe	Indeferido	Entidade não contempla as condições necessárias para celebração do ACT
35014.130017/2023-11	ASSOCIACAO NACIONAL PREVIDENCIARIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS - ASPREVIMAS	Arquivado	Tratativas encerradas em razão da suspensão pelo Despacho Decisório 65
35014.161305/2023-17	Instituto Brasileiro da Melhor Idade - IBRAMI	Arquivado	Tratativas encerradas em razão da suspensão pelo Despacho Decisório 65

5. Processos integrais de todas as fiscalizações realizadas pelo INSS entre 2015 e 2025 conduzidas no âmbito da vigência de Acordos de Cooperação Técnica com entidades cujo escopo do ACT envolvia a execução de descontos associativos, com a respectiva consolidação em planilha e indicando, para cada processo, a situação atual, entidade fiscalizada, conclusão e recomendações.

Apresenta-se, em anexo, Planilha com a consolidação das fiscalizações realizadas pelo INSS em ACTs cujo objeto era o desconto de mensalidade associativa, contendo informações sobre a situação atual, entidade, conclusão (quando finalizado) e eventuais recomendações. As fiscalizações foram realizadas, em sua maioria, para análise de conformidade das autorizações e documentação correlata. Além disso, outras foram iniciadas a partir de demandas encaminhadas por órgãos externos. Ressalta-se que não foram localizados, em nossas bases de dados, processos anteriores a 2020.

4. Destaca-se que a íntegra dos processos, tanto do item 2 quanto do item 5, foi encaminhada em 16/10/2025 através do OneDrive do Senado Federal, conforme tela abaixo, devido ao grande volume de dados, e estão nomeados da seguinte maneira: **REQ 2037_CPMI-INSS_Número do Processo**. Ressalta-se que os processos devem ser considerados de acesso restrito por conterem informações pessoais, sobretudo, de beneficiários, conforme art.31 da LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.



5. Feitas as considerações, encaminhe-se ao Gabinete para providências decorrentes.

MÁRCIA ELIZA DE SOUZA

Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

Anexo:

I - Planilha Fiscalizações Consolidadas (SEI 22822236)



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 16/10/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22816745** e o código CRC **C99DCBC9**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.377546/2025-48

SEI nº 22816745